

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Assinaturas por ano 18\$000 | Anúncios, por linha 80
 Ditas por semestre 10\$000 | Comunicados e correspondências, por linha 60
 Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
 Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Dspachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral de Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.
 Portaria de 25 de Janeiro, encarregando o administrador geral da Imprensa Nacional de estudar as condições em que deve estabelecer-se uma sucursal da Imprensa Nacional na cidade do Porto.
 Decreto de 1 de Fevereiro, mandando que a igreja paroquial de Rubiães, no concelho de Paredes de Coura, seja considerada monumento nacional.
 Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.
 Aviso a um professor do Liceu Central do Funchal para comparecer na Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, a fim de ser regularizada a sua situação.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Decreto de 25 de Janeiro, autorizando o abono de serviços extraordinários desempenhados pelo delegado do Procurador da República na comarca de Abrantes.
 Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.
 Despacho restabelecendo um lugar de notário na Ilha do Corvo, suprimido por decreto de 30 de Agosto de 1902.
 Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.
 Despachos criando postos de registo civil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos pela Direcção Geral da Fazenda Pública, sobre movimento de pessoal.
 Habilitações para levantamento de créditos.
 Portaria de 5 de Fevereiro, constituindo a Junta dos Repartidores da Contribuição Industrial do concelho de Marco de Canavezes, e ordenando a sua instalação dentro do prazo de cinco dias.
 Rectificações a despachos pela Direcção Geral das Alfândegas, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.
 Portaria de 3 de Fevereiro, nomeando mais um vogal para a comissão encarregada de coligir num só diploma a legislação existente sobre reformas do pessoal da armada.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.
 Alvará de 1 de Fevereiro, aprovando os estatutos do Sindicato Agrícola Liga Viti-Vinicola e Pomícola do Faial e Pico, os quais vão anexos ao mesmo alvará.
 Rectificações aos decretos sobre regime florestal publicados nos n.ºs 18 e 24 do Diário.
 Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Viana do Alentejo, em Outubro de 1912.
 Decreto de 1 de Fevereiro, aprovando o caderno de encargos-tipo para a concessão, por uma câmara municipal, duma distribuição de energia eléctrica.
 Caderno de encargos-tipo a que se refere o supracitado decreto.
 Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.
 Boletim Militar das Colónias n.º 28, referido a 30 de Dezembro de 1912.

TRIBUNAIS:

Tribunal Superior do Contencioso Fiscal, acórdão n.º 3:286.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Administração do 2.º bairro de Lisboa, avisos acerca de vários achados.
 Caixa Geral de Depósitos, anúncio de concurso para preenchimento duma vaga de primeiro praticante.
 Canhoneira «Zaire», anúncio para arrematação de pão, carne e água potável.
 Bolsa de Lisboa, cotação dos géneros coloniais na semana finda em 1 de Fevereiro.
 Observatório Astronómico de Lisboa, boletim da hora média na 2.ª quinzena de Janeiro.
 Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.
 Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
 Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 38—Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 1 de Fevereiro.
 N.º 39—Relações de cidadãos portugueses falecidos em países estrangeiros.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho, sem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, por motivo urgente de serviço público:

Fevereiro 1

Dr. José Augusto Pereira, director da Escola de Desenho Industrial da cidade de Viseu—nomeado, em comissão, para o cargo de governador civil do distrito do Vila Real.

Secretaria do Ministério do Interior, em 5 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Ricardo Pais Gomes*.

Para os devidos efeitos se publica de novo o seguinte despacho devidamente rectificado:

Fevereiro 1

Bacharel Francisco Lino Gameiro—nomeado administrador do concelho da Golegã.

Secretaria do Ministério do Interior, em 5 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Ricardo Pais Gomes*.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

2.ª Repartição

Sendo conveniente estabelecer na cidade do Porto uma sucursal da Imprensa Nacional, não só para melhor e mais rápida execução dos trabalhos que por lei lhe são contidos e aproveitamento das vantajosas condições de mão de obra tipográfica daquela cidade, mas também para ocorrer à crise operária do pessoal das artes gráficas, por meio duma distribuição equitativa do serviço:

Manda o Governo da República Portuguesa que seja encarregado o Administrador Geral da Imprensa Nacional de Lisboa de proceder ao estudo das condições em que deve estabelecer-se a sucursal da Imprensa Nacional na cidade do Porto, devendo apresentar um relatório dos seus trabalhos dentro do prazo de vinte dias.

Paços do Governo da República, em 25 de Janeiro de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Atendendo a que a igreja paroquial de Rubiães, concelho de Paredes de Coura, sendo um interessante exemplar da época românica, reúne, em vista do seu valor artístico e arqueológico, as necessárias condições para lhe ser conferido o título de monumento nacional;

Sob proposta do Ministro do Interior e nos termos do artigo 42.º do decreto de 26 de Maio de 1911: hei por bem decretar que a referida igreja paroquial de Rubiães seja considerada monumento nacional.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Fevereiro de 1913.—*Manuel de Arriaga—Rodrigo José Rodrigues*.

3.ª Repartição

Por decretos de 1 do corrente:

Bráulio da Cunha Belém—exonerado do lugar de conservador dos Museus do Liceu Nacional de Maria Pia, em Lisboa, por abandono do respectivo cargo.

Amália Machado—exonerada do lugar de sub-prefeita do Liceu Nacional de Maria Pia, em Lisboa, por ter sido julgada impossibilitada para o serviço pela junta de Sanidade Escolar.

Maria Antónia Nunes—exonerada do lugar de servente do referido liceu, por ter sido julgada incapaz para o serviço pela mesma junta.

Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, em 5 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

Aviso

Fica prevenido Aníbal Sertório dos Santos Pereira, professor do Liceu Central do Funchal, de que deve comparecer com toda a urgência nesta Direcção Geral, a fim de prestar esclarecimentos sobre a sua situação anormal que necessita ser regularizada.

Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, em 5 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Justiça, de decretar que, nos termos do artigo 52.º da lei de 9 de Setembro de 1908, seja autorizada a despesa de 30 escudos, nos termos da proposta da Direcção Geral da Justiça, que faz parte deste decreto.

Paços do Governo da República, em 25 de Janeiro de 1913.—*Manuel de Arriaga—Alvaro de Castro*.

Ex.º Sr.—O delegado do Procurador da República na comarca de Abrantes, José Cupertino de Oliveira Pires, foi por V. Ex.ª encarregado de ir representar o Ministério Público na comarca de Nisa, durante o julga-

mento do suposto assassino do Dr. José Rebêlo, tendo feito serviços e despesas, desde 24 a 30 de Novembro último, que estão nas circunstâncias de ter retribuição extraordinária, nos termos do artigo 52.º da lei de 9 de Setembro de 1908; pelo que tenho a honra de propor a V. Ex.ª que seja autorizado o pagamento de 30 escudos ao referido delegado do Procurador da República, compreendendo-se nessa soma as despesas de viagem e retribuição de serviço extraordinário.

Direcção Geral da Justiça, em 24 de Janeiro de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.

Despachos efectuados nas seguintes datas

Fevereiro 1

Bacharel António Cândido Barbosa Lima de Figueiredo—nomeado conservador do registo predial em Alijó.

Manuel Inácio de Mendonça Júnior—revalidada a sua nomeação de notário interino na Ilha do Corvo, comarca da Ilha das Flores.

Bacharel António Correia de Melo—exonerado do lugar de subdelegado do Procurador da República na Horta.

Bacharéis Rodolfo Manuel de Magalhães Aguiar e João Evangelista de Quadros Sá Pereira—nomeados notários, respectivamente, das comarcas de Vila Nova de Famalicão e Ovar.

Exonerado o juiz de paz do distrito de Lavre, comarca de Montemor-o-Novo.

Exonerado o juiz de paz do distrito da Horta, comarca do mesmo nome.

Exonerado o substituto do juiz de paz do distrito de Vila Franca de Xira, comarca do mesmo nome.

Carlos de Mendonça Pimentel e Melo, notário em Cabeceiras de Basto—prorrogado, por trinta dias, o prazo para tomar posse.

Exonerado o escrivão de paz do distrito de Alverca da Beira, comarca de Pinhel, e nomeado, para este lugar, Albino Freire Ruas.

Fevereiro 5

Bacharel António dos Santos Correia Marques—aprovado para ajudante do conservador do registo predial na Feira.

Ramiro de Soveral Soares de Albergaria, João Marques Ferreira da Costa e Elísio Lopes Neto—nomeados ajudantes do notário de Viseu, José de Soveral Martins.

Bacharel Arnaldo da Fonseca Correia Pinheiro Forte—nomeado ajudante do notário de Cantanhede, Aníbal Lopes.

Bacharel Francisco Luís Salgueiro Garção—nomeado ajudante do escrivão-notário de Valença, Celestino Pacheco Alves Passos.

Licenças de que tem de ser pagos os emolumentos:

Bacharel Manuel Joaquim Teixeira de Vasconcelos, juiz de direito em Castro Daire—trinta dias, por motivo de doença.

Bacharel Ramiro Augusto de Figueiredo, delegado do Procurador da República em Chaves—trinta dias, por motivo de doença.

Bacharel Raúl Teles de Abreu, delegado do Procurador da República em Tomar—trinta dias.

2.ª Repartição

Fevereiro 1

Decreto restabelecendo um lugar de notário na Ilha do Corvo, comarca da Ilha das Flores, suprimido por decreto de 30 de Agosto de 1902.

Direcção Geral da Justiça, em 5 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.

Conservatória Geral do Registo Civil

Por despachos de 1 de Fevereiro de 1913:

Bacharel Marcelino Fialho Gomes—nomeado official do registo civil do concelho de Moura.

Bacharel Claudino António Martins Vicente—nomeado official do registo civil do concelho de Vila Nova da Cerveira.

António Luís Nunes—nomeado, provisoriamente, official do registo civil do concelho de Alcochete.

Por despachos de 5:

Fernando da Silva Coelho Pessoa—nomeado ajudante da Repartição do Registo Civil do concelho de Montemor-o-Velho.